

ERRANTES DO FIM DO SÉCULO

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

SUMÁRIO

Apresentação	15
Prelúdio – Começo do mau encontro: imagens do êxodo	25
A chegada do estranho nos grandes sertões e veredas	27
A lei dos pobres expulsa os pobres do campo	61
Primeiro episódio – A formatação do “bóia-fria”. O deslindamento do processo de exploração-dominação	81
O laboratório secreto do eito	83
Os mediadores do processo de exploração-dominação	107
O microcosmo da dominação	151
As meninas do descarte	171
O “bom cortador” de cana	201

	Segundo episódio –	
	O “estranho” na cidade	217
	Gente dos “países” do Norte	219
	Corpos frágeis	245
	Mulher, negra, “bóia-fria” a três vozes	269
	Terceiro episódio –	
	Fim do mau encontro	303
	A máquina: o descarte da bagaceira	305
	Quarto episódio –	
	Galerias de retratos	323
	Referências bibliográficas	357

APRESENTAÇÃO

Errantes do fim do século é o resultado de várias pesquisas, levadas a cabo no período entre 1987 e 1990, acerca dos(as) trabalhadores(as) rurais na região de Ribeirão Preto – SP, considerada uma das áreas agrícolas mais ricas do país. Emprega-se o conceito de região, segundo o IBGE. Atualmente, a região de Ribeirão Preto congrega as seguintes sub-regiões: Ribeirão Preto, Franca, Ituverava, São Joaquim da Barra, Barretos, Jaboticabal, Araraquara e São Carlos. Os municípios destas sub-regiões totalizam oitenta. Em 1993, esta região possuía 29 usinas de açúcar e 17 destilarias, com uma produção de 3,5 bilhões de litros de álcool e 42 milhões de sacas de açúcar. Estas usinas movimentaram US\$ 2,4 bilhões e empregaram 70 mil trabalhadores, dos quais 30 mil eram provenientes de outros estados, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sul da Bahia. Do total da produção de açúcar, 2,62 milhões de sacas foram exportadas. (*Folha de S. Paulo, Folha Nordeste*, 2.5.1993, p.10).

Trata-se de um estudo visando à apreensão dos processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão de milhares de homens e mulheres, produzidos no bojo da *modernização trágica* implantada na década de 1960, cujos efeitos, além do maciço êxodo rural, foram traduzidos por um violento processo de proletarianização. Este estudo revela a verdadeira saga de milhares de homens e mulheres, ora errando de um lugar a outro, permane-

cendo ausentes de suas roças, situadas no Vale do Jequitinhonha-MG, durante nove meses ao ano. Relata também uma outra saga, a dos “bóias-frias” do lugar. Todos(as) submetem-se às mais duras condições de trabalho, são negados e discriminados e produzem, ao mesmo tempo, as bases materiais da enorme riqueza desta região.

Em vez das alegorias, da história linear, objetiva-se a análise das mediações, da história concreta que se faz e se desfaz, das transformações tanto da estrutura quanto dos sujeitos. Aprofunda e alarga o entendimento do eixo da exploração-dominação por meio da acepção das três organizações sociais que se entrecruzam e marcam estas vidas: de classe, gênero e étnico/racial.¹ Atrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxerga-se o negro, a negra, o migrante, o homem, a mulher. Ao ampliar o campo da dominação, verifica-se, além da econômica, da extração do mais-valor, a dominação mediada por representações carregadas de significados de gênero e étnico-raciais. Esta postura teórico-analítica permite, *mutatis mutandis*, a compreensão da multiplicidade, das diferenças, das especificidades destas relações. E mais. Permite a percepção da maneira pela qual os diferentes agentes da dominação apóiam-se uns sobre os outros, negam-se entre si ou se reforçam mutuamente. Não se entende a dominação como algo político

1 As discussões acerca de gênero e raça/etnia aparecerão no decorrer do texto. No entanto, algumas considerações preliminares são feitas. Gênero, classe e raça/etnia são vistos como relações sociais, em permanente transformação. Adota-se a definição de gênero, segundo a qual “o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p.14). Saffioti & Almeida comentando esta definição afirmam que o gênero “é ubíquo, permeado de instâncias do simbólico, das normas de interpretação do significado de diferentes símbolos, da política institucional e da política *lato sensu* e da identidade masculina e feminina ao nível da subjetividade” (1995, p.8).

Em razão do mito da democracia racial existente no Brasil por meio da mistura de raças diferentes, a mistura e a complexidade do fenômeno étnico-racial são muito grandes. Etnia como relação social reflete a afirmação de um determinado grupo a partir da cor, cultura e origem geográfica, característica de uma identidade definida por ele e pelos outros grupos (Sansone, 1995). A identidade étnica inclui elementos culturais, sociais, objetivos e simbólicos (Seyferth, 1994).

Estas conceituações serão retomadas à luz da realidade estudada no decorrer dos capítulos.

e a exploração como algo econômico. Não se tem a visão dualista assentada sobre oposições. Exploração e dominação existem numa relação simbiótica, são as faces de um mesmo fenômeno (Saffioti, 1988, p.147-8). Trata-se, portanto, de um processo de exploração-dominação baseado na articulação das três organizações sociais: de classe, de gênero e étnico/racial. Não se hierarquizam estas organizações. Do mesmo modo, os determinismos e as tipificações são afastados; ora a organização social de classe far-se-á preponderante, ora a de gênero, ora a étnico-racial ou as três atuarão igualmente. Por isso, a distribuição dos capítulos deste estudo não segue um padrão comum, pois toda articulação se define pela desordenação, o que não significa ausência de método. Muito ao contrário, é a desordenação desta articulação que se constitui a essência do método, orientando esta distribuição.

A análise do processo de expropriação, prelúdio desta história, permitirá o entendimento dos sujeitos dominados, fabricados pelas relações de dominação e, concretamente, das ações de submissão e de revolta manifestas, invisíveis, silenciadas, sociais ou individuais. O campo de observação não se fixou somente nos escritórios da empresa e no eito dos canaviais, laranjais ou cafezais. Procurou-se estar em cada canto, mesmo naqueles mais escondidos, nas ruas das cidades-dormitórios, nas grotas perdidas do Vale do Jequitinhonha, nos barracões das fazendas de café, nos alojamentos da Usina, nas carrocerias dos caminhões, nos cômodos apertados ou nas barracas de lona e até nos seus mundos interiores (a maior parte dos dados primários refere-se ao período de 1987-1991).

Em cada um desses espaços-tempos, a pergunta que aflorava era sempre a mesma. Como e por que estes homens e mulheres suportavam a dominação? Tratar-se-ia de uma “servidão burguesa”, ou “servidão voluntária”, ou “involuntária”? Paulatinamente, se percebeu que a resposta a esta questão somente seria possível mediante o resgate da história produtora destes trabalhadores, isto é, das condições prévias, responsáveis pelas formas de trabalho alienantes, repugnantes e próximas de um trabalho forçado. As condições de trabalho desumanas correspondem aos homens e mulheres que as aceitam/negam em virtude de um pro-

cesso que os produziu como tais. Trata-se de um verdadeiro “investimento” (Bourdieu, 1989, p.96 ss.) necessário à exploração e à dominação, que só se tornaram possíveis por um ato de força objetivante contra a vontade subjetiva do trabalhador. A introjeção da exploração e da dominação é constitutiva da experiência do trabalho e das atitudes manifestas.

Muito embora o processo de acumulação primitiva tenha variações quanto à forma, no que tange aos camponeses do Vale do Jequitinhonha e aos do “lugar” (isto é, aos paulistas) quanto ao conteúdo, ele provocou os mesmos efeitos: trabalhadores nus, desprovidos de suas condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto trabalhadores possuidores de direitos. Este último aspecto, caracterizado pela figura do “volante”, daquele não reconhecido pela lei é, de *per se*, a especificidade deste processo. Ou seja, ao mesmo tempo que o trabalhador é produzido, ele é negado pelas relações jurídicas. Inegavelmente, o processo de exploração-dominação instaurado alicerçou-se sobre os pilares destas relações jurídicas, que nada mais são do que expressões das relações de classes. Essas relações produziram a coerção interna e foram imprescindíveis à disciplina do trabalho instaurada em seguida. Foram os elementos responsáveis pela canalização das energias para o trabalho, na medida em que forçaram os trabalhadores a se sujeitar às regras capitalistas. As leis impostas representavam uma verdadeira ética corretiva para o trabalho, um remédio eficiente para extirpar hábitos, valores prevaletentes nos sistemas de trabalho anterior, empobrecendo, assim, o mundo interior. Objetiva-se, portanto, aprofundar a análise das relações jurídicas prévias à instauração do processo de exploração-dominação com o intuito de apreender as forças objetivas e coercitivas atuantes e independentes da vontade subjetiva dos trabalhadores.

Além desse processo de acumulação primitiva de proletários, segundo a expressão de Bertaux, que atingiu o conjunto de homens e mulheres, há de se considerar que, em razão das organizações sociais de gênero e raça/etnia, aprofundaram-se as diferenciações, conduzindo ao agravamento da exploração e dominação. Isto não significa que o processo de dominação-exploração não tenha existido antes. O que ocorreu foi uma mudança nas relações